

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15293 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT25 – Educação e Povos Indígenas

A COMUNIDADE WAIKIRU I E SEU ESPAÇO DE ESTUDO DA LÍNGUA MATERNA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS NUSOKEN I

Ariane Coelho dos Santos - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Fabiane Maia Garcia - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM

Gabriella Machado Nobre - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

### **A COMUNIDADE WAIKIRU I E SEU ESPAÇO DE ESTUDO DA LÍNGUA MATERNA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS NUSOKEN I**

**Resumo:** A pesquisa analisou a relação território-educação, traçando uma perspectiva em que a luta dos povos indígenas por reparos do Estado no território urbano é fazer educação, assim trouxemos a comunidade indígena urbana do povo Sateré-Mawé, Waikiru I, e sua trajetória territorial, com ela o Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais (EELCTI) Nusoken I. O Espaço está localizado no bairro Redenção, área urbana do Município de Manaus, com a perspectiva de trabalhar a aprendizagem bilíngue, destinando-se à transmissão de conhecimento tradicional, pautado na afirmação, valorização e fortalecimento da língua materna e identidade cultural. Metodologicamente, o estudo se ancora em uma perspectiva teórica qualitativa, a partir de pesquisas bibliográfica e documental, com base no enfoque materialista histórico, e marcos legais que trouxeram informações sobre a existência e efetivação da política educacional para a educação escolar indígena. Identificamos elementos que apontam que os povos indígenas residentes na área urbana do Município de Manaus tiveram algumas demandas incorporadas a política pública diante das lutas dos movimentos, mas que os Espaços de Conhecimento não acompanharam o mesmo movimento apresentando dificuldades que se estendem do campo do sentindo, integração e associação com a política para educação escolar indígena.

**Palavras-chave:** Comunidade Waikiru, Nusoken I, Políticas Educacionais

### **Introdução**

A referida pesquisa apresenta-se como elemento que estrutura a terceira seção da dissertação intitulada “Sehay pot’i Sateré-Mawé: a educação no ‘Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas Nusoken I’, resultado do trabalho ocorrida nos anos 2021, 2022 e início de 2023 no Programa de Pós – Graduação em Educação – PPGE/UFAM.

Historicamente, o povo Sateré-Mawé é envolvido nos *movimentos* por estrutura

territorial de reintegração social, cultural e educacional, resultado de décadas de luta no Município de Manaus.

Ao longo do presente estudo, temos indicado que o movimento e as ações dos povos indígenas pela retomada de seus territórios estabelecem uma construção de elementos que dialogam entre si, uma intersecção entre identidade e terra. Desse modo, esses processos podem ser entendidos como um processo de democratização territorial que se desdobra no campo educativo, como se evidencia na comunidade indígena urbana do povo Sateré-Mawé da Waikiru I e em demais comunidades indígenas urbanas da capital amazonense.

A pesquisa discute a Educação Escolar Indígena como política educacional para os Espaços de Estudo da Língua Materna e Conhecimento Tradicionais na área urbana do Município de Manaus e, especificamente para o Espaço Nusoken I. Esta pesquisa focou ainda nos avanços da Educação Escolar Indígena para Comunidades da área urbana do Município de Manaus no espaço temporal entre os anos de 2011 e 2021, após o trabalho de Nunes Santos (2012).

Esse processo demanda uma análise sobre o espaço geográfico em que os sujeitos se encontrem, afinal, a comunidade indígena tem sua representação intimamente relacionada à sua terra, muitas vezes se percebendo a partir de uma única compreensão, pois os espaços territoriais abraçam, tomam, acalentam, guardam e confortam. Na cosmologia indígena, suas representações são diversas, particulares e ao mesmo tempo partilhadas, como no caso da representação do território - educação.

O ponto importante analisado foi que Nusoken I é um ambiente de *não segregação* e de compartilhamento de conhecimento com os não indígenas que estão em seu entorno territorial, sabendo que ambos comungam das mesmas dificuldades de acesso à informação e políticas sociais.

E quando colocamos a pauta território e educação, compreendemos em um campo de análise que lutar é fazer educação, a pesquisa traz para discussão as pautas território, territorialização e o fazer educação nestes espaços, somados aos processos de compreensão dos agentes, no caso os povos indígenas, que ao desenvolverem ações para reivindicar esse lugar como um sítio de identidade, constroem um movimento natural e sistemático por meio de elementos que conseqüentemente estruturaram os espaços educacionais.

Por mais que exista esta ligação afetiva com o território, os Sateré-Mawé, que estão na Waikiru I, tiveram que migrar na década de 1990 para Manaus, especificamente para o bairro de Redenção, em busca de melhores condições de tratamento de saúde, com o passar dos anos recebendo mais *parentes*, com isso surgindo a necessidade da existência de uma escola indígena com a modalidade Educação Escolar Indígena para os descendentes que nasciam e eram criados no espaço urbano.

A comunidade Waikiru I representa uma singularidade e ao mesmo tempo uma

pluralidade no espaço urbano do município de Manaus, sobretudo direciona para o esperar de novas perspectivas, desejando e lutando para as políticas públicas se fazerem nesse território. Localizada na Rua Comandante Noberto Wongal, n. 261, Conjunto Santos Dumont, bairro da Redenção, área periférica da zona centro-oeste do município de Manaus, ao lado de outra comunidade indígena chamada Yapurari-Sateré. Quanto à questão populacional, na Comunidade Waikiru I há no total 37 (trinta e sete) famílias, sendo 36 (trinta e seis) da etnia Sateré-Mawé e uma Tukano, totalizando 150 (cento e cinquenta) moradores, dados esses obtidos através de registros no caderno de pesquisa.

A partir das ações tomadas pelas lideranças da comunidade Waikiru I, em 2006, por meio do Decreto n. 8.396/2006, é reconhecido o Centro Municipal de Educação Escolar Indígena (CMEEI) Nusoken, e em 16 de setembro de 2021, por meio da Lei n. 2.781/2021, o Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas (EELCTI) Nusoken I.

## **Metodologia**

O estudo se ancora em uma perspectiva teórica qualitativa, e fundamentada em materiais bibliográficos coletados no Museu Amazônico, em artigos científicos, dissertações, teses e em livros adquiridos. Nos dados mais específicos da Comunidade Waikiru I e do Espaço Nusoken I, usamos a coleta de informações e os registros de histórias contadas pelas lideranças nos eventos públicos ocorridos na Comunidade no ano de 2022 e início de 2023, transcritos para um caderno de pesquisa como material de apoio.

## **Resultados finais e discussão**

Para a discussão necessária dos conceitos, iniciamos com o território, tomado como palco de disputa do poder econômico e político. Como nos demais espaços e territórios, a Amazônia apresenta conflitos recorrentes, uma arena de lutas em que, geralmente, a floresta é profundamente afetada e devastada. Tais atos impõem aos povos que nela habitam a migração para outros espaços, devido à redução ou falta de recursos alimentícios que provém desse território verde, somados à insegurança resultante desses conflitos.

De acordo com Faria, Castro e Osoegawa (2021, p. 12), território é o “resultado das relações culturais e do meio definido pelos diferentes sujeitos sociais que dele se apropriam”.

Para Faria, Castro e Osoegawa (2021), importa, ainda, considerar que para os povos indígenas terra e território têm a mesma importância e significado. Diante dessas análises,

compreendemos também que esses são fatores que levam os indígenas a migrar para áreas urbanas.

Somado a esse conceito “a territorialidade indígena, nessa perspectiva, marca o vínculo cultural e espiritual indissolúvel dos povos indígenas com a terra”. E as afinidades com esse espaço são alicerçadas por meio das redefinições da memória que vai sendo construída, e “o sentimento de pertencimento e compartilhamento de histórias são revivescidas e ressignificadas pelos grupos sociais” (OSOWSKL, 2017, p. 326).

Desse modo, por mais que a questão *território* para povos indígenas seja garantida na Constituição de 1988, o Estado ainda protagoniza ações coloniais sustentadas por uma sociedade racista que se ampara em uma posse baseada em genocídio físico e cultural. Segundo BATALHA ROCHA (2012, p. 79), “garante-se a Lei, a ‘norma positiva’, mas mantém o status *quo colonial*, para atualizar os velhos discursos do poder colonial, baseados no racismo tutelar Estatal, já muito disseminado na sociedade envolvente e ainda defendido por muitos”.

Nessa conjuntura, o ato de lutar pelo território representa um processo que reciprocamente identificamos, também ele, como cenário da etapa da Educação Indígena, pois foi por meio dessa maneira que se construíram e são ainda construídas suas narrativas dessa trajetória, percebendo a dinâmica social e cultural de cada povo. Todavia, essa narrativa por muito tempo foi transmitida pelo não indígena, segundo Athias (2007).

As análises indicam que as lutas por território são parte ativa dos movimentos e significam também fazer educação e resistir, marcadas como ato para a democratização, seja pela terra ou pela política educacional, diminuindo as invisibilidades impostas por anos de uma política segregadora.

A luta por territórios em Manaus perpassa pelo mito da terra desocupada, sem políticas habitacionais ou de território para os povos indígenas, os não aldeados buscam espaços para ocupar e redefinir o território urbano, porém, essas localidades são as que impreterivelmente demandam a presença do poder público, pois geralmente ficam em área periférica desprovida de políticas públicas.

Percebemos que é importante discutir como alguns membros da sociedade não indígena tratam de forma superficial a luta dos povos indígenas, desqualificando a dor física, mental e até espiritual ao tentar prover discursos que infelizmente inviabilizam o movimento indígena, afinal, essa estrutura de segregação é percebida em algumas estruturas da sociedade, incluindo a da imprensa, que transmite informações dos seus interesses políticos contraditórios.

Athias (2007, p. 116) reforça que ao “falar de luta dos povos indígenas no Brasil é lembrar também as grandes alianças indígenas”, e essas alianças construídas deram uma trajetória de afirmação territorial, percebida historicamente na cidade de Manaus, quando

pensada por eles traz um processo de discussão para afirmação do lugar em que vivem, consequentemente, reconhecem que o meio urbano também é um território indígena.

Desse modo, a organização, por meio das associações e dos movimentos indígenas, consolida-se como forma de resistência estrutural e cultural, com finalidade não somente de ressignificar o espaço territorial, mas ainda de reterritorialização. Mesmo assim, segundo Baniwa (2019), com o passar dos anos surgiu a necessidade constante de as associações e movimentos reorganizarem-se para que os mais jovens se apropriassem dessa luta pelo território, seja no caso do bairro Redenção, na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, seja no Território chamado Brasil.

Resultado da luta do Movimento e lideranças da Comunidade Waikiru, o Espaço Nusoken I é regularizado, todavia não é uma instituição/escola nos moldes que a política pública educacional para povos indígenas até então foi vislumbrada, é intitulado Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas, pela Lei do Município de Manaus n. 2.781 de 16 de setembro de 2021, sendo um dos 23 espaços que atualmente existem em Manaus, e é um dos três que estão em área urbana.

Em 2022, no Espaço de Estudo da Língua Materna e Conhecimentos Tradicionais Indígenas Nusoken I, estudavam 23 discentes entre crianças e jovens, com idades de 6 a 15 anos, ganha características de escola quando tenta trabalhar, ainda que sem estrutura, nos moldes do ensino escolar, quando a professora indígena desenvolve leituras (contação de histórias), escritas, artes plásticas e exercícios de memorização, porém devolve métodos particulares diante da realidade dos alunos.

### **Considerações finais**

Dentro da pesquisa, optamos por considerá-lo como uma estrutura que se distancia dos moldes da educação de base colonial, o que fez com que, no decorrer da pesquisa, percebêssemos que a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena são trabalhadas mutuamente no espaço Nusoken I.

Nos fez reforçar a importância da Educação Escolar como política de direito universal aliada aos elementos da identidade de um povo, afinal é um grande instrumento transformar, particularmente o principal. É libertador de mentes que foram escravizadas, dando voz aos que foram silenciados por décadas, descolonizando-os dia pós dia, tomando força para se tornar instrumento de luta por uma reparação histórica de tempos sombrios e desumanos.

Considerando que a partir da necessidade de ter um lugar não tão somente para morar, mas para efetivar a política educacional, a Educação Escolar Indígena, parti da perseverança do Povo Sateré- Mawé da Comunidade Waikiru I, desde a chegada do Povo à capital

amazonense e sua territorialização no Bairro Redenção, estando em um contexto urbano, criaram meios para ter a possibilidade de ser singular ou plural neste contexto social, étnica, cultural e linguística.

## Referências

ATHIAS, Renato. A luta dos povos indígena: 500 anos de uma outra história. In. Olhar crítico sobre a participação e cidadania: trajetória de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. Volume 2, Organização: Jorge O. Romano; Renato Athias e Marta Antunes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007: 113 -131.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

FARIA, Ivani Ferreira de; CASTRO, Carla Cetina; OSOEGAWA, Diego Ken. A reterritorialização e o direito originário como reconquista da terra e dos territórios dos povos indígenas do Médio rio Solimões (AM). *Confins* [Online], 53 | 2021. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/43109>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.43109> >. Posto online no dia 23 dezembro 2021. Acesso em: 06 de jan. 2023.

GONZAGA, Alvares de Azevedo. Decolonialismo Indígena. São Paulo: Matrioska Editora, 2021.

MANAUS. CMM. Decreto nº 8.396, de 20 de abril de 2006. Dispõe sobre as Competências Genéricas, a Estrutura Operacional, o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão e de Funções de Confiança da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, e adota outras providências. Manaus, 2006.

MANAUS. Lei Nº 2.781 de 16 de setembro de 2021. Criação da Escola Indígena Municipal. Diário Oficial do Município de Manaus. 16 de setembro de 2021. Ano XXII, Edição 5185.

OSOWSKI, Raquel. O Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, memória e esquecimento. Dossiê - Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil republicano. *Mediações*, Londrina, v. 22 n. 2, p. 320-246, jul./dez. 2017. DOI: 10.5433/2176-6665.2017.2v22n2p320

SANTOS, Jonise Nunes. Educação escolar indígena no município de Manaus (2005-2011). 2012. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.